

Programa de Comemorações dos
**70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS E DOS 40 ANOS DA
ADESÃO DE PORTUGAL À CONVENÇÃO
EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS**

Linhas Orientadoras

(RCM 48/2018)

livres e iguais

2018

70 anos DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS

40 anos ADESÃO DE PORTUGAL
À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS

‘LIVRES E IGUAIS’

1. Cumprindo a determinação da Resolução do Conselho de Ministros que o instituiu (DR de 30 de abril), o Grupo de Trabalho interministerial (GT) destinado a programar e dinamizar as comemorações dos 70 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) e dos 40 anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) vem apresentar as “linhas orientadoras” do programa, que será divulgado publicamente no início de setembro, para ser implementado sobretudo nos meses de outubro, novembro e dezembro.
2. O GT cuidou de dar plena execução às prioridades definidas na RCM, quer quanto à substância, quer quanto à amplitude da intervenção nas comemorações, alinhadas com as estratégias de política pública em curso que visam a realização de direitos humanos.

Ao abrigo do lema adotado, “livres e iguais” (extraído do art. 1.º da DUDH), o programa visa aproveitar esta oportunidade para promover a consciência pública sobre a importância decisiva dos direitos humanos numa sociedade livre e democrática, tanto ao nível da opinião pública em geral como em relação a alvos privilegiados, como as crianças e a população jovem, e sobre a sua concretização e especificidade no que se refere a grupos historicamente desfavorecidos, como as mulheres.

Quanto aos protagonistas, o programa propõe-se chamar à ação não somente os ministérios envolvidos, mas também as escolas e as universidades, os tribunais e demais entidades públicas com responsabilidades na defesa dos direitos humanos, como a Provedoria de Justiça, a Ordem dos Advogados, a Comissão da Liberdade Religiosa, etc. A fim de alcançar uma dimensão genuinamente nacional, as Regiões Autónomas e as autarquias locais são convidadas a associarem-se às comemorações.

Desnecessário é sublinhar que se espera das Organizações Não-governamentais de direitos humanos e demais entidades da sociedade civil interessadas um contributo insubstituível para as comemorações.

3. Além das duas sessões oficiais relativas respetivamente à CEDH (a 9 de novembro) e à DUDH (a 10 de dezembro), que ocorrerão na Assembleia da República, o programa integra

um grande número de iniciativas e projetos nas mais variadas áreas, incluindo uma exposição, um número considerável de colóquios e conferências, lançamento de projetos concretos, vários eventos culturais e até uma prova desportiva.

Dando execução a uma explícita prioridade da RCM, o programa confere especial destaque ao envolvimento das escolas, mediante ações de educação para os direitos humanos, incluindo a instituição de um prémio para o melhor projeto posto em prática.

4. No plano da comunicação, o programa propõe-se explorar todas as modalidades, desde o tradicional cartaz, a documentários, à Internet e às redes sociais, sem excluir aplicações para *smartphone*. O GT espera o empenho dos média na promoção desta verdadeira causa cívica.

Quanto a publicações, o programa inclui uma edição em larga escala dos dois instrumentos internacionais de direitos humanos cujo aniversário se celebra e uma coleção de monografias sob a rubrica “Portugal, Estado de Direitos Humanos”, estando também prevista a publicação de um livro infantil sobre a DUDH.

Lisboa, 30 de junho de 2018

Pelo Grupo de Trabalho, o Comissário

Vital Moreira

AS LINHAS ORIENTADORAS DO PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES

O Programa de Comemorações subdivide-se em várias tipologias de iniciativas de natureza complementar, reflexo da abordagem integrada e multinível que se pretendeu inculcar à temática dos direitos humanos e a este programa. Assim, as iniciativas vão desde momentos comemorativos das datas aqui sinalizadas; à reflexão e debate, a diferentes níveis e sobre dimensões específicas dos direitos humanos; à ação junto de agentes que têm um papel fundamental na educação para a cidadania e na garantia do acesso e da realização dos direitos humanos; e à concretização de uma intervenção direcionada para a prevenção e o combate a violações concretas de direitos humanos.

I. Cerimónias

O GT irá organizar, em parceria com outras entidades, cerimónias comemorativas das duas grandes efemérides aqui celebradas: a 9 de novembro, para assinalar a data em que Portugal ratificou a CEDH; e a 10 de dezembro, data em que se comemoram os 70 anos da adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da DUDH e que é, por isso mesmo, o Dia Internacional dos Direitos Humanos. As duas cerimónias terão uma forte componente institucional, científica e, também, cultural.

De forma a preparar e divulgar o início das comemorações, o GT organizará, em setembro, um evento público de apresentação do Programa de Comemorações dos 70 anos da DUDH e dos 40 da adesão de Portugal à CEDH. Por ocasião da apresentação do Programa de comemorações, será inaugurada uma exposição comemorativa, subordinada ao lema «Livres e Iguais», que deverá ficar patente em espaço integrado nas antigas instalações do Tribunal da Boa Hora, ligado em termos de memória histórica ao combate pela liberdade, igualdade e dignidade humana. De acesso livre e com caráter nacional, pretende-se que, depois de Lisboa, onde permanecerá até final de 2018, esta exposição possa ter uma itinerância por todo o País.

II. Conferências, seminários e projetos

Além de várias conferências e seminários que terão lugar em contexto académico, serão ainda levadas a cabo em todo o país várias conferências sob o lema «Portugal - Estado de Direitos Humanos», promovidas pelos Tribunais da Relação, por Tribunais de Comarca e por outros organismos e entidades da área da Justiça, sobre temas como a liberdade religiosa; o significado e o valor jurídico da DUDH e da CEDH; os desafios atuais dos direitos humanos; o acesso à justiça; os direitos das crianças; os direitos civis no trabalho e no emprego; a cooperação judiciária, exceto a penal, sempre com o intuito central de celebrar a civilização dos direitos humanos e debater os principais desafios que hoje se prendem com a temática dos direitos humanos.

Focando na vivência concreta dos direitos humanos, o programa incluirá também uma série de conferências e seminários que dão a conhecer e que atuam sobre vulnerabilidades e experiências de discriminações efetivamente sofridas. De forma emblemática, e no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, as comemorações sinalizam o lançamento de projetos vários de combate à discriminação em razão do sexo, da origem racial e étnica, da deficiência, da idade, da nacionalidade e da orientação sexual, incluindo numa perspetiva de discriminação múltipla e interseccional.

No plano externo, está prevista a organização de seminários e outros encontros sobre temáticas relacionadas com a promoção dos direitos humanos e o papel das organizações

internacionais, como a UNESCO e o Conselho da Europa, bem como uma iniciativa concreta sobre a cooperação entre a União Europeia e o Conselho da Europa no domínio da proteção dos direitos humanos no espaço europeu. Está ainda prevista uma iniciativa a desenvolver em Estrasburgo, na sede do Conselho da Europa, com o objetivo de assinalar o 40º aniversário da vinculação de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Será ainda concebida uma campanha de divulgação da DUDH nas redes sociais, com o objetivo de sensibilizar para a temática e conhecimento público dos direitos humanos.

III. Iniciativas educativas, formação

O programa das comemorações faz uma aposta central na educação, no sentido de promover o conhecimento dos direitos humanos, bem como o compromisso e a responsabilização pela sua concretização e aprofundamento. O objetivo é que, através de diferentes iniciativas e recursos, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, estudantes de diferentes idades possam conhecer, refletir e intervir no modo como os direitos humanos são relevantes para a sua vida quotidiana na escola e na sociedade.

Neste sentido, o programa irá associar-se à iniciativa anual “A Maior Lição do Mundo” e incluirá um concurso para reconhecer escolas que se destaquem no desenvolvimento de iniciativas de aprendizagem e celebração dos direitos humanos, fortalecendo parcerias e cooperação com outras entidades da comunidade educativa. Serão realizados seminários e conferências em contexto escolar para, junto de alunos, docentes e comunidade, promover a compreensão das várias dimensões dos direitos humanos e a importância da sua consagração na constituição, nos acordos de direitos civis, assim como a defesa contra a violação de direitos humanos. Neste sentido, está também prevista a realização de sessões de formação para docentes.

Está também em preparação uma publicação sobre os direitos humanos contados às crianças para divulgação em todas as escolas. No âmbito do Desporto Escolar, será ainda organizada uma corrida pelos direitos humanos, a ter lugar em várias cidades do país.

Fora do contexto educativo, está previsto o lançamento de um programa de formação inovador, dirigido a profissionais dos organismos e entidades da área da Justiça visando a reflexão sobre a temática da dignidade da pessoa humana e o acesso à Justiça.

IV. Publicações

Está prevista, no âmbito das comemorações, a edição de várias publicações de carácter científico, jurídico e informativo. Serão, entre outras, publicadas monografias específicas sobre a vinculação de Portugal aos Tratados e Convenções internacionais e regionais de direitos humanos; e sobre categorias específicas de direitos (acesso à justiça, direito à proteção contra a discriminação, o direito à educação, direito à habitação, e outras). Pretende-se contar a história de como, nos últimos quarenta anos, a vinculação de Portugal ao regime global e regional de direitos humanos mudou o país.